

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA SAÚDE: O USO DE PLANTAS MEDICINAIS NA GESTAÇÃO E LACTAÇÃO

Helenaide Gomes de Paiva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, helenaidp@bol.com.br

Introdução

O uso de plantas com fins medicinais para tratamento de doenças é uma antiga forma de medicina da humanidade. No Brasil essa prática é bastante difundida, no entanto essa prática baseada em plantas medicinais é quase sempre sem orientação médica. E o motivo dessa atitude é acreditar que um produto por ser natural não apresente risco a saúde. Desse modo muitas gestantes adotam esse modelo de tratamento para seus problemas de saúde durante a gravidez. Mas, as pesquisas mostram que muitas espécies de plantas possuem substâncias agressivas e oferecem sérios problemas durante a gestação e também durante a lactação por apresentarem potencial embriotóxico (tóxico ao embrião), teratogênico (causa dano ao embrião ou ao feto) e abortivo, dessa forma devem ser utilizadas com cuidado. A ação teratogênica depende do estágio de desenvolvimento do conceito, da relação dose e efeito e mecanismo patogênico específico do agente. O risco existe durante toda a fase gestacional, mas é maior na embriogênese. E ainda é possível que o desenvolvimento pós-natal possa sofrer alterações devido a substâncias utilizadas no período pré-natal. A embriotoxicidade diz respeito ao desenvolvimento embrionário ou fetal por dosagens que não afetam o organismo materno. O aborto refere-se à interrupção da gravidez pela morte do embrião ou feto (RODRIGUES, 2011).

Gorri, 2016 comenta que devido na gestação ocorrer uma série de modificações no organismo feminino como ganho de peso, alterações posturais, enjoos, flatulência, constipação, alterações hormonais, ansiedade e depressão e, como há restrição médica ao uso de medicamentos que poderiam trazer riscos durante a gestação muitas gestantes buscam nos produtos naturais a solução para atenuar sintomas como náuseas, vômitos, azias, gripes, resfriados acreditando que eles não farão mal. Sendo muitas dessas plantas cultivadas em seus próprios jardins e hortas. O que as tornam bastante atraentes pelo fácil acesso, baixo custo, sem necessidade de receituário médico para aquisição e consumo.

O emprego de plantas medicinais como recurso terapêutico aumentou por razões diversas, entre elas o fato de a ciência encontrar dificuldades na cura de muitos males; a eficácia comprovada de algumas plantas na saúde humana e ainda por menos probabilidade de efeitos colaterais (FARIA, 2004).

Fitoterapia compreende o tratamento de patologias com o uso de plantas medicinais. Produtos naturais são aqueles produzidos com a menor interferência humana possível, advindos de substâncias vegetais, associados a produção artesanal. O Brasil abrange uma grande biodiversidade e muitos dos medicamentos atuais são produzidos a partir de alguma planta. Grande parte da população faz uso de produtos naturais para combater doenças devido ao baixo custo e fácil acesso, desconsiderando os riscos da automedicação. O Ministério da Saúde por meio da Portaria GM nº 971, de 3 de maio de 2006, aprovou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS) para inserção de serviços e produtos relacionados as práticas alternativas e garantir à população o acesso seguro e uso racional destes produtos, além de promover o uso sustentável da biodiversidade brasileira. A partir daí foi elaborado o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos destacando as ações e a inserção das plantas medicinais e fitoterápicos na prática do SUS. O grande desafio tem sido a formação e qualificação de profissionais em número adequado para atuarem no SUS, sendo necessário que os profissionais da saúde estejam capacitados para

orientar a comunidade quanto à utilização de forma correta e segura das plantas medicinais e fitoterápicos. Existem estudos comprovando que ainda há pouco conhecimento por parte destes profissionais quanto a este assunto, além da falta de interesse por parte dos gestores municipais para elaborar políticas que garantam a comunidade ao acesso seguro destes produtos. Médicos e dentistas indagados sobre a frequência de prescrição de produtos naturais para tratamento de patologias afirmaram não prescrever ou realizam raramente tal prática por motivos como a falta de conhecimento, de prática e treinamento específico, bem como de desconfiança na relação risco-benefício. O desconhecimento, a falta de credibilidade no resultado e o pouco respaldo para estudar o assunto entre os profissionais de saúde, fazem com que os mesmos não estimulem o uso de espécies medicinais aos pacientes, dificultando também o esclarecimento das dúvidas da população, sobre o uso correto das plantas medicinais. Os enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde indagados sobre orientações aos pacientes sobre o uso correto, riscos e benefícios do uso de fitoterápicos e plantas medicinais, responderam que alegam não saber orientar sobre tal prática. A orientação vinda do profissional da saúde é fundamental para que o paciente possa ser alertado sobre os riscos da toxicidade, interações medicamentosas e melhores formas de utilização das terapias alternativas. Tal prática é prejudicada devido à falta de conhecimento dos profissionais da saúde. A utilização inadequada de fitoterápico ou droga vegetal, pode induzir distúrbios graves. Torna-se imprescindível que os usuários recebam orientações adequadas para que haja uma utilização de forma correta e racional dos fitoterápicos, tornando-se, indispensável a capacitação dos profissionais, para a eficácia e segurança no uso da fitoterapia, uma vez que, eles são os principais multiplicadores das orientações dentro da comunidade. Os resultados de diversas pesquisas apontam pouca informação pelos profissionais da saúde a respeito dos produtos naturais, sendo mínima a quantidade dos que possuem conhecimento e aperfeiçoamento profissional, existindo a necessidade e interesse de muitos desses profissionais em capacitação (MENDES, 2018).

Embora os estudos indiquem que o uso em forma de chá possui menos probabilidades de efeitos tóxicos, devido à maior diluição de seu princípio ativo, deve-se ter atenção e não utilizar indiscriminadamente. Em caso de dúvidas a opção mais sensata é não usar, pois a toxicidade pode estar associada à maneira incorreta de seu uso, a forma de preparo, a quantidade da planta, ao número de vezes e ao intervalo em que a mesma é administrada. Outro aspecto de extrema relevância é a identificação correta da planta, porque muitas plantas são visualmente semelhantes e são utilizados diversos nomes populares que dificultam a escolha da mesma, podendo acarretar em sérios prejuízos à saúde de seus usuários.

Existem outros parâmetros para o uso de plantas medicinais como as condições de coleta e armazenamento. Plantas colhidas a beira de estradas podem estar contaminadas com produtos do tráfego de automóveis. Plantas coletadas próximas as lavouras ou a depósitos industriais podem ser contaminadas por produtos diversos. O modo de armazenamento das plantas também pode sujeitar ao desenvolvimento de fungos e bactérias. Assim, efeitos adversos podem ter origem na relação de armazenamento ou processamento. As plantas são também influenciadas por variação climática e pelo solo. E quanto aos produtos como garrafadas podem ocorrer adulterações acidentais, intencionais e contaminações. A identificação correta da planta também é um problema, devido aos diversos nomes populares adotados e semelhanças entre algumas. É comum encontrar no mercado produtos fitoterápicos que não atendem as exigências legais. Existem produtos que se declaram com o nome de arnica, onde espera-se encontrar a planta *Arnica montana* L., porém na composição existem espécies como *Stenachaenium campestre* Baker ou *Chaptalia nutans* (L.) Polak, plantas que tem a denominação popular de arnica (MENGUE, 2001).

Muitas plantas são utilizadas com a finalidade de provocar o aborto e se alguma planta vier a ser utilizada com a finalidade de interrupção da gestação e esse fato não se consumir, a criança pode vir a nascer com problemas de má formação de membros e de órgãos e problemas

relacionados a saúde (RODRIGUES, 2011).

Na lactação o uso de plantas medicinais pode trazer efeitos hormonais possibilitando alterações no desenvolvimento fetal ou sexo da criança; ações genotóxicas e mutagênicas que levam a má formação (Silveira, 2008). Os princípios ativos podem ser excretados no leite, inibindo ou estimulando a lactação e podendo causar efeitos adversos na criança (CAMARGO, 2015).

O Diário Oficial do Rio de Janeiro publicou a Resolução SES/RJ Nº 1757 com uma relação onde constam os nomes de plantas medicinais cujo uso está contraindicado no período da gestação e da lactação. Contraindicando o uso em geral durante o primeiro trimestre de gestação e na lactação, cujos estudos toxicológicos não estejam concluídos (DORJ, 2002).

Devido ser um costume cultural brasileiro o uso de plantas medicinais e existir a crença de que produtos naturais não faz mal, as gestantes e lactantes fazem uso quando sentem algum desconforto. Existe também o uso por parte de mulheres que desejam interromper a gravidez tomando chás que são reconhecidamente abortivos, mas quando não consegue êxito na interrupção da gravidez acontece o nascimento de um bebê com sérias sequelas. Muitas vezes por causa dos vários nomes populares que uma mesma planta recebe e a semelhança na aparência física, dependendo da região onde se encontra pode acontecer o uso equivocado de uma planta, resultando em sérias complicações. Até mesmo os profissionais da saúde podem não ter o conhecimento das consequências do uso de um determinado produto natural e como as pesquisas sobre plantas medicinais estão espalhadas em vários escritos com variados enfoques é uma necessidade fazer uma condensação para servir de referencial para consulta dos profissionais da saúde e da comunidade.

Diante dessa realidade essa pesquisa integrativa tem como objetivo construir um referencial básico de informação sobre plantas medicinais com seus efeitos sobre a gestação e a lactação e para evitar dúvidas sobre o conhecimento da planta será adicionado um banco fotográfico com a descrição física de cada espécie.

Metodologia

Será realizada uma revisão bibliográfica integrativa, condensando toda informação encontrada sobre o uso de plantas medicinais e sua ação na gravidez e na lactação em forma de tabela. Será criado um banco de dados com fotos das plantas e sua respectiva descrição física para evitar erros na identificação da planta.

Resultados e Discussão

O resultado da pesquisa será em formato de tabela, onde serão colocados os nomes Nome Científico, exemplo *Chamomilla recutita* (L.) Rauschert; Nome Comum Camomila; ação na Gestação: Emenagoga e abortiva; na lactação: contra-indicada; referência: GORRIL, 2018; RANGEL, 2009. Nome Científico: *Pimpinella anisum* L.; nome comum: Erva-doce; ação na gestação: abortiva; na lactação: galactagoga; referência: GORRIL, 2018; RANGEL, 2009. Nome Científico: *Camellia sinensis* (L.) Kuntze; Nome comum: chá-preto, chá-verde; ação na gestação: dano em feto; referência: CLARKE, 2007.

Algumas plantas podem não ser indicadas na gestação, mas possíveis de uso na lactação.

Conclusões

Diversas plantas oferecem riscos durante o período gestacional. Os principais riscos de uso de plantas na gravidez e lactação estão relacionados ao potencial embriotóxico, teratogênico abortivo e problemas de má formação no desenvolvimento da criança. A maioria dos estudos

mostram que não há dados suficientes para assegurar a utilização de plantas medicinais durante a gravidez, por isso a principal orientação é de que as mulheres grávidas não usem medicamentos, seja de origem vegetal ou não, sem o conhecimento prévio do seu médico.

Com a adoção de um referencial condensado os profissionais de saúde e a comunidade terão à sua disposição um recurso onde poderá consultar de forma fácil, segura e correta as plantas medicinais que não deverão ser utilizadas durante o período de gestação e lactação.

Referências

- CAMARGO, F.R. **Proteção da saúde materno-infantil: grupo reflexivo sobre o uso de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos na gravidez e lactação.** 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/139186/000863692.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 04.ago.2018.
- CLARKE, J. H. R. et al. **Um alerta sobre o uso de produtos de origem vegetal na gravidez.** Infarma, v. 19, n. 1-2, p. 43-45, 2007.
- DORJ. Diário Oficial Estado do Rio de Janeiro. Resolução SES/RJ Nº 1757, de 18 de fev. de 2002. **Contra-indica o uso de plantas medicinais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.** Rio de Janeiro, RJ, fev. 2002.
- FARIA, P. G.; AYRES, A.; ALVIM, N. A. T. **O diálogo com gestantes sobre plantas medicinais: contribuições para os cuidados básicos de saúde.** 2004. Disponível em: eduem.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHealthSci/article/download/1579/931. Acesso em: 19.jul.2018.
- GORRIL, L. E. et al. **Risco das plantas medicinais na gestação: uma revisão dos dados de acesso livre em Língua Portuguesa.** 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/helenaidepaiva/Desktop/plantas%20medicinais/5515-17960-2-PB.pdf>. Acesso em: 17.jul.2018.
- MENDES, V.A. et al. **Avaliação do uso de produtos naturais na prática do profissional de saúde.** 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistasauade/article/view/19092/pdf>. Acesso em: 05.ago.2018.
- MENGUE, S. S. et al. **Uso de plantas medicinais na gravidez.** In: SANSEVERINO, M. T. V.; SORITZER, D. T.; SCHULER-FACCINI, L. Manual de teratogênese. Porto Alegre: Universidade UFRGS, 2001. p. 423-450.
- RODRIGUES, H. G. et al. **Efeito embriotóxico, teratogênico e abortivo de plantas medicinais.** Revista Brasileira de Plantas Medicinais, v. 13, n. 3, p. 359-366, 2011.
- SILVEIRA, P.F.; BANDEIRA, M.A.M.; ARRAIS, P.S.D. **Farmacovigilância e reações adversas às plantas medicinais e fitoterápicos: uma realidade.** 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbfar/v18n4/v18n4a21>. Acessado em: 04.ago.2018.